



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

15/12/2014 ATÉ 15/12/2014



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE JUSBRASIL.....	12
2	CORREGEDOR (A)	
	2.1 BLOG JOHN CUTRIM.....	3
3	DECISÕES	
	3.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	4
4	JUÍZES	
	4.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	5
	4.2 BLOG JOÃO RODRIGUES.....	6
	4.3 BLOG SILVIA TEREZA.....	7
	4.4 IMIRANTE.COM.....	8
	4.5 SITE FOLHA DO BICO.....	9
	4.6 SITE G1.....	10
	4.7 SITE JUSBRASIL.....	11
5	MEMORIAL DO JUDICIÁRIO	
	5.1 SITE JUSBRASIL.....	12
6	ORÇAMENTO	
	6.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	13
7	PLANTÃO NO TJMA	
	7.1 SITE JUSBRASIL.....	14
8	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	8.1 SITE JUSBRASIL.....	15

Corregedoria do TJ vai apurar conduta do juiz Marcelo Baldochi

Juiz Marcelo Baldochi

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz, que ganhou repercussão nacional ao dar voz de prisão a funcionários da TAM no aeroporto da cidade, após ter sido impedido de embarcar em um voo para o qual chegou atrasado.

Na Portaria 4.824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há "fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura". Ele cita transgressão ao disposto no artigo 35, inciso VIII, da Lei Orgânica da Magistratura; artigo 37 do Código de Ética da Magistratura; e artigo 85, inciso VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrighi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos. A apuração da comissão de sindicância deve começar nesta quinta-feira (11/12). O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 30 dias, podendo ser prorrogado uma única vez.

A seccional da Ordem dos Advogados no Maranhão também informou que irá representar contra o juiz Marcelo Testa Baldochi no Conselho Nacional de Justiça. Para a entidade, o juiz deve ser investigado pelo CNJ, já que sua atitude foi considerada incompatível com a dignidade do cargo.

Com informações do Conjur

Orçamento 2015 deve ser votado quarta-feira na Assembleia

Roberto Costa é o presidente da Comissão de Orçamento|

Encerra hoje o prazo para que deputados estaduais indiquem suas emendas ao Orçamento do Estado para o exercício financeiro 2015. A Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle aguarda somente a conclusão do trâmite, para elaborar o relatório final sobre a peça. Como o relatório somente deve ficar pronto na terça-feira, a expectativa das bancadas e blocos é de votar a Lei de Orçamento Anual (LOA) na quarta-feira.

O orçamento do Estado para o exercício financeiro 2015 é de R\$ 15,8 bilhões, o equivalente a R\$ 1,7 bilhão a mais do que teve a governadora Roseana Sarney (PMDB) para trabalhar no último ano de sua gestão.

No início de novembro o Poder Judiciário entrou em divergência com a Assembleia Legislativa, ao encaminhar à Casa peça com previsão de receitas de R\$ 1,6 bilhão para o Tribunal de Justiça, valor R\$ 750 milhões a mais do que o atual orçamento aplicado.

Apesar disso, é provável que haja um corte de cerca de R\$ 600 milhões no orçamento do Judiciário, considerado pelos deputados estaduais como inviável, da forma como foi encaminhado ao Legislativo.

Com informações de O Estado

Informe JP

Bayma no Fantástico

O desembargador Antônio Bayma Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Estado e que está respondendo pela Corregedoria Geral de Justiça (a titular Nelma Sarney viajou aos Estados Unidos), gravou uma entrevista, nesta sexta-feira, para o programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão.

Produzida no gabinete da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, a entrevista, que deve ir ao ar hoje, à noite, versa sobre os incidentes de Imperatriz que envolveram o juiz Marcelo Baldochi e três funcionários da TAM Linhas Aéreas daquela cidade.

Bayma Araújo, na condição de Corregedor Geral de Justiça interino, viaja a Imperatriz nesse domingo, comandando uma comissão da CGJ, integrada ainda pelos desembargadores Tayrone José Silva e José Américo, que vai ouvir todos os envolvidos no incidente.

Há informações de que a comissão da CGJ apurará, ainda, um fato novo que envolveu a prisão de um escrivão de justiça, dias atrás, em Imperatriz.

A ordem de prisão teria sido dada pelo juiz Baldochi depois de não ter um pedido seu não atendido pelo funcionário da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão.

Outros incidentes envolvendo o magistrado, como o episódio com um flanelinha, por conta de uma vaga num estacionamento, também serão apurados pela comissão. Na ocasião, o juiz chegou a ser agredido com uma paulada na cabeça, permanecendo uma semana no hospital.

Roseana se complica

O deputado Marcelo Tavares, em discurso na tribuna da Assembleia Legislativa, uma semana antes da ex-governadora Roseana Sarney oficializar a renúncia, disse que a chefe do Poder Executivo estaria deixando o Palácio dos Leões "pela porta dos fundos", pela enxurrada de denúncias de corrupção e por se recusar a transferir a faixa governamental para o sucessor Flávio Dino.

A previsão do parlamentar, futuro secretário Chefe da Casa Civil do Governo Flávio Dino, acabou se concretizar, ontem, quando a revista Veja revelou ao país que Rafael Ângulo Lopes, empregado do doleiro Alberto Youssef, teria entregue no Palácio dos Leões uma mala com R\$ 900 a um assessor da então governadora do Maranhão.

Fez teatro

Ao ser acusada de receber propina do esquema que sangrou a Petrobras, maior estatal do país, e de cobrar para liberar precatórios, Roseana desafiou as empreiteiras a provar que lhe deram propina. Agora surge o homem que veio a São Luís trazer a mala de dinheiro que foi entregue no Palácio dos Leões.

Diante da revelação, parlamentares da oposição questionam: "e agora, qual será a nova mentira vão inventar para tentar livrar a ex-governadora de mais este escândalo de corrupção?"

"Desta vez quem confirma a entrega da propina é quem entregou e, certamente, vai mostrar e provar tudo à Justiça em delação premiada.

Segundo a reportagem da Revista Veja, Rafael Ângulo é muito organizado e tem tudo anotado", observou Bira do Pindaré.

Fechou o cerco

Comentários de corredores do Palácio dos Leões dão conta de que a ex-governadora Roseana Sarney, quando deixou o governo do estado, teria a intenção de sair do país e assistir, dos Estados Unidos, ao desenrolar das investigações da Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

O plano teve que ser abortado, conforme as mesmas fontes, diante do cerco da imprensa, que montou plantão nos dois aeroportos da cidade, e da movimentação de agentes federais no setor de embarque do Aeroporto Marechal da Cunha Machado, inclusive nos hangares para aviões de pequeno porte, mas com autonomia de voo para atravessar o Oceano Atlântico.

De olho no Incra

Os petistas maranhenses já começam a se articular visando à ocupação dos cargos do governo federal no Maranhão.

A briga maior é pelo comando do Incra, feudo 'PT-Sarney' desde o início do governo Dilma.

O grupo que se articula em torno do conselheiro do TCE-MA, Washington Oliveira, já mandou emissário a Brasília para 'sentir o pulso' da presidente.

Desobstruída

Governo e oposição conseguiram se entender, desobstruíram a pauta e votarão as matérias constantes na ordem do dia, a partir desta segunda-feira.

Ficou estabelecido que as matérias polêmicas serão apreciadas na próxima legislatura. "Não há mais impedimento. Esta semana votamos tudo", observou o deputado Marcelo Tavares.

Sinecura

O Ministério Público Federal solicitou informações a órgãos maranhenses sobre uma suposta aposentadoria do senador José Sarney como diretor do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A informação chegou ao MPF, que se interessou pelo assunto e acionou um tribunal local pedindo informações sobre com teria ocorrido a tal aposentadoria de Sarney no TJ.

Conduta de juiz Baldochi começa a ser investigada

Por João Rodrigues • segunda-feira, 15 de dezembro de 2014 às 02:21

IMPERATRIZ - Começou oficialmente nesse domingo (14), o trabalho de investigação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA), para apurar suposta denúncias de abuso de poder por parte do juiz Marcelo Testa Baldochi, da comarca de Senador La Rocque. O magistrado mandou prender dois funcionários da Transportes Aéreos Meridional (TAM), há cerca de uma semana depois de ter sido impedido de embarcar em voo da companhia.

Os funcionários da companhia aérea alegam que o juiz chegou atrasado e queria pegar o voo e como foi impedido, deu voz de prisão aos funcionários.

A investigação será conduzida pelo desembargador Antonio Bayma de Araújo e o juiz corregedor Tayrone Silva, que chegaram à Imperatriz, no fim da tarde deste domingo para dar início o trabalho. Eles foram recebidos no aeroporto pelo delegado regional Francisco de Assis Ramos, o delegado que conduz as investigações sobre o caso, a partir da apresentação dos funcionários da TAM.

A investigação deverá começar com a tomada de depoimento de testemunhas e posteriormente o juiz Marcelo Baldochi, mas no caso do magistrado, ainda, não há data porque ele, se quer, foi notificado.

Fora da cidade desde a data do episódio no Aeroporto Prefeito Renato Moreira, Marcelo Baldochi não vem concedendo entrevistas para falar sobre caso. Ele chegou a divulgar uma nota em que jornais em que reafirma que agiu conforme as leis de defesa do consumidor.

REPORTAGEM- Os trabalhos começaram, coincidentemente, no mesmo domingo em que uma reportagem de quatro minutos foi exibida no Fantástico, da Rede Globo, sobre o caso envolvendo o juiz Marcelo Baldochi. A reportagem apresentou, de forma exclusiva, entrevista com os dois funcionários da TAM e apresentou imagens do circuito interno de TV do aeroporto que mostra o momento em que o juiz chegou ao guichê da companhia. As imagens foram entregues à Polícia Civil para possível inclusão nas investigações.

A reportagem mostrou quem é o juiz Baldochi, a origem e os casos em que ele se envolveu como aquele apresentado no mesmo Fantástico, em que foram encontrados trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo na fazenda do juiz. Outro caso apresentado foi o de um tabelião que afirma ter ingressado com uma ação por danos morais contra o magistrado.

TJ começa a ouvir funcionários da TAM que receberam voz de prisão de juiz Baldochi

Atitude de Marcelo Baldochi recebeu críticas em todo o Brasil como abuso de poder|

Do Fantástico com edição do blog

O Tribunal de Justiça do Maranhão começa a ouvir, nesta segunda-feira (15), os funcionários da empresa aérea que receberam voz de prisão do juiz Marcelo Baldochi no Aeroporto de Imperatriz, semana passada. Quem é esse magistrado que, por lá, é conhecido pela arrogância? "É triste para você que é pai de família, sair de casa para trabalhar e de repente se deparar com uma situação dessa", dasabafa o agente de bagagem Alessandro Rodrigues.

"Jamais tinha sido humilhado dessa forma. Ser chamado de calhorda, de vagabundo, de pilantra", comenta o despachante de voo Argemiro Augusto.

Foi a primeira vez que os funcionários da companhia aérea deram entrevista. Sábado, 6 de dezembro. Imagens do circuito interno de segurança do Aeroporto de Imperatriz, no Maranhão, foram obtidas com exclusividade pelo Fantástico. Segundo a investigação da polícia, elas mostram o momento da chegada do juiz Marcelo Baldochi ao balcão da companhia aérea, às 20h37. Os funcionários avisam que o check-in do voo para Ribeirão Preto, em São Paulo, havia sido encerrado quatro minutos antes. O juiz discute. "Tem que aprender a respeitar o consumidor", diz.

Irritado, dá voz de prisão aos atendentes. "Está preso em flagrante", afirma. Imagens de celular de outro passageiro mostram quando policiais levaram os dois funcionários pra delegacia. "Muito constrangedor. Todo mundo me olhando como se fosse um bandido. Não desejo isso para ninguém", afirma Alessandro.

Depois da confusão, Baldochi embarcou no avião de outra companhia. O juiz passou a semana inteira no interior de São Paulo, de licença por causa da morte de um parente. Ele ainda não apareceu na delegacia de Imperatriz para prestar depoimento.

Por enquanto, a polícia ouviu os dois funcionários da companhia aérea e duas testemunhas. O delegado diz que ainda não encontrou qualquer elemento que caracterize que os funcionários que receberam voz de prisão tenham cometido algum crime.

Procurado, o juiz não quis gravar entrevista, mas publicou uma carta aberta na internet em que diz que, mesmo com o check-in em mãos, às 20h32, foi impedido de embarcar. Disse ainda que o agente da companhia aérea não prestou qualquer informação e que se recusou a tentar o embarque pelo rádio.

"Toda e qualquer pessoa pode dar voz de prisão, chamar a polícia. Está na lei, e ali se fazia presente um consumidor que exigia seus direitos", escreveu Marcelo Baldochi.

"Tendo em vista que o magistrado não compareceu ainda para dar sua versão, a gente está evidenciando que houve, está mais próximo de um abuso de autoridade do que mesmo uma infringência ao Código de Defesa do Consumidor", afirma o delegado Francisco Andrade Ramos.

Marcelo Testa Baldochi nasceu no estado de São Paulo, passou em um concurso público em 2003 e tomou posse como juiz no Maranhão em 2006.

Denúncia de trabalho escravo no Maranhão

No ano seguinte, uma fiscalização do Ministério do Trabalho apontou irregularidades em uma fazenda dele, também no Maranhão: 25 pessoas, incluindo um menor de idade, trabalhavam sem as mínimas condições de segurança e higiene. O caso foi mostrado em uma reportagem do Fantástico.

O nome do juiz chegou a ser incluído na lista nacional de fazendeiros acusados de usar trabalho escravo, divulgada pelo Ministério do Trabalho.

Em 2007, Marcelo Baldochi assinou um termo de ajustamento de conduta em que se comprometeu a não maltratar os empregados e pagou R\$ 38 mil em direitos trabalhistas. Ao Fantástico, ele negou as acusações. "Creio que se eu não fosse juiz, não teria essa especulação do caso", disse na época.

Naquela época, o Conselho Nacional de Justiça determinou que o Tribunal de Justiça do Maranhão abrisse processo administrativo contra o juiz, mas uma liminar do Supremo Tribunal Federal suspendeu a decisão.

Representação da OAB

Segundo o CNJ, fora este processo, existem outros seis processos contra o juiz Baldochi que foram arquivados. Esta semana, a Ordem dos Advogados do Brasil entrou com uma representação contra o juiz por causa de denúncias como humilhação e tentativas de dificultar o trabalho dos advogados na região. "Não dá para somar. As reclamações são muitas", revela o presidente da OAB de Imperatriz Malaquias Neves. "Tudo aí são antecedentes e talvez tenha outros casos que possibilitem, que nos obriguem a tomar providências legais com a abertura de novas investigações", afirma o desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão Antonio Bayama Araújo.

Uma delas envolve o tabelião Robson Cordeiro, que recebeu uma ordem de prisão escrita à mão pelo juiz Marcelo Baldochi dias antes do episódio no Aeroporto de Imperatriz. Ele conta que se negou a entregar de graça a cópia de um documento porque o papel estava sem o selo de gratuidade impresso. "Eu sei que ele é um juiz, a gente tem que cumprir as determinações dele, mas não arbitrariamente dessa forma", diz o tabelião.

Robson foi liberado por falta de provas, mas diz que já encaminhou uma queixa ao Conselho Nacional de Justiça e vai processar o juiz por danos morais. A testemunha dele contra Baldochi é outro juiz. "Eu vou apenas narrar o que eu tomei conhecimento. Não podemos nos furtar a falar a verdade, ainda que seja contra um juiz que é do mesmo tribunal que eu pertencço", conta o juiz Adolfo Pires.

"Nós, juízes, temos que andar na linha, temos que andar dentro dos preceitos legais e temos que dar exemplo e não mau exemplo", finaliza o desembargador Antonio Bayama Araújo.

Justiça inicia investigações sobre caso juiz Baldochi

IMIRANTE IMPERATRIZ

14/12/2014 às 19h02

O trabalho será presidido pelo desembargador Antônio Fernando Bayma.

Reprodução / Internet

IMPERATRIZ - Desembargadores da Corregedoria de Justiça do Maranhão chegaram na cidade na tarde deste domingo (14), para iniciar o trabalho de investigação sobre o caso do juiz Marcelo Testa Baldochi.

O magistrado deu voz de prisão no último dia 6 a funcionários da empresa TAM que trabalham no aeroporto de Imperatriz, após não conseguir embarcar em voo.

O trabalho será presidido pelo desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, na companhia do juiz corregedor Tayrone Silva.

Todos os envolvidos no caso serão ouvidos pelos desembargadores que tem o prazo de um mês para concluir a investigação.

O depoimento do juiz Baldochi ainda não tem data marcada, porque o magistrado não foi notificado oficialmente.

Justiça da MA inicia investigações sobre caso juiz Baldochi

15 de dezembro de 2014 em Maranhão

Desembargadores da Corregedoria de Justiça do Maranhão chegaram em Imperatriz na tarde deste domingo, 14, para iniciar o trabalho de investigação sobre o caso do juiz, Marcelo Testa Baldochi.

O magistrado deu voz de prisão no último dia 6 a funcionários da empresa TAM que trabalham no aeroporto de Imperatriz, após não conseguir embarcar em voo.

O trabalho será presidido pelo desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, na companhia do juiz corregedor Tayrone Silva.

Todos os envolvidos no caso serão ouvidos pelos desembargadores que tem o prazo de um mês para concluir a investigação.

O depoimento do juiz Baldochi ainda não tem data marcada, porque o magistrado não foi notificado oficialmente. (iMirante)

Desembargadores irão investigar caso do juiz Marcelo Baldochi

Um grupo de desembargadores da Corregedoria de Justiça do Maranhão está na cidade de Imperatriz, a 626 km de São Luís, para investigar o caso do juiz Marcelo Baldochi, que deu ordem de prisão a três funcionários da empresa TAM Linhas Aéreas, após se atrasar para o embarque. Os corregedores têm o prazo máximo de 30 dias para concluir os trabalhos de apuração.

A investigação começou com análise imagens do circuito interno de segurança do aeroporto de Imperatriz, do dia seis de dezembro, quando o magistrado deu voz de prisão para funcionários da companhia aérea que o impediram de embarcar no avião.

saiba mais

Os primeiros depoimentos agendados foram dos funcionários da empresa levados para a delegacia no dia do ocorrido. Passageiros e outras pessoas que estavam no aeroporto na hora da confusão também vão depor e apresentar a sua versão.

Além deles, o juiz Marcelo também deve ser ouvido, mas o depoimento ainda não tem data marcada, porque a Corregedoria de Justiça do estado ainda não notificou o magistrado oficialmente sobre a investigação.

A Corregedoria considera ainda processos envolvendo o juiz Marcelo em outras situações, como no caso em que ele foi investigado pelo Ministério do Trabalho por suspeita de manter trabalhadores em situação de escravidão. A investigação administrativa tem o prazo de um mês para ser concluída. No entanto, a Corregedoria pretende fechar o relatório nos próximos dias.

Sessão itinerante do TJMA julgará 61 processos na UFMA

A primeira sessão itinerante da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) será realizada nesta terça-feira (16), às 9 horas, no Centro Pedagógico Paulo Freire da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Mini-Auditório (209 e 210). No local, serão julgados 61 processos, entre habeas corpus, embargos de declaração e agravos de instrumento.

m_15122014_1003

Integram a 2ª Câmara Cível do TJMA os desembargadores Guerreiro Júnior, Marcelo Carvalho Silva e José de Ribamar Castro

A sessão é realizada semanalmente, às terças-feiras, no Tribunal e conta com a participação de acadêmicos de várias faculdades de Direito. Na UFMA, será aberta ao público. A pauta está disponível no portal do Judiciário (www.tjma.jus.br), no sistema Jurisconsult.

O objetivo, segundo o desembargador Marcelo Carvalho Silva, idealizador do projeto, é aproximar a Justiça de 2º grau da população e da comunidade acadêmica, além de descentralizar os julgamentos da segunda instância.

“Pela primeira vez uma câmara do Tribunal de Justiça, composta por três desembargadores e um procurador de Justiça, sairá do Tribunal para trabalhar dentro da comunidade”, afirma Marcelo Carvalho, acrescentando que o projeto deverá alcançar outras universidades do Estado.

As ações a serem julgadas estão organizadas em blocos e referem-se a: revisão contratual, busca e apreensão, nulidade ou inexistência contratual, obrigação de fazer, Seguro DPVAT, danos morais e outros.

Também participarão da sessão itinerante, os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior (presidente), José de Ribamar Castro (docente da UFMA), representante do MP e servidores do Judiciário.

Sessão itinerante do TJMA julgará 61 processos na UFMA

Integram a 2ª Câmara Cível do TJMA os desembargadores Guerreiro Júnior, Marcelo Carvalho Silva e José de Ribamar Castro

A primeira sessão itinerante da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) será realizada nesta terça-feira (16), às 9 horas, no Centro Pedagógico Paulo Freire da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Mini-Auditório (209 e 210). No local, serão julgados 61 processos, entre habeas corpus, embargos de declaração e agravos de instrumento.

A sessão é realizada semanalmente, às terças-feiras, no Tribunal e conta com a participação de acadêmicos de várias faculdades de Direito. Na UFMA, será aberta ao público. A pauta está disponível no portal do Judiciário (www.tjma.jus.br), no sistema Jurisconsult.

O objetivo, segundo o desembargador Marcelo Carvalho Silva, idealizador do projeto, é aproximar a Justiça de 2º grau da população e da comunidade acadêmica, além de descentralizar os julgamentos da segunda instância.

Pela primeira vez uma câmara do Tribunal de Justiça, composta por três desembargadores e um procurador de Justiça, sairá do Tribunal para trabalhar dentro da comunidade, afirma Marcelo Carvalho, acrescentando que o projeto deverá alcançar outras universidades do Estado.

As ações a serem julgadas estão organizadas em blocos e referem-se a: revisão contratual, busca e apreensão, nulidade ou inexistência contratual, obrigação de fazer, Seguro DPVAT, danos morais e outros.

Também participarão da sessão itinerante, os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior (presidente), José de Ribamar Castro (docente da UFMA), representante do MP e servidores do Judiciário.

Comarca de Raposa instala serviço para coleta de depoimento de crianças

O equipamento foi entregue pelo presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, desembargador Jamil Gedeon Neto (Foto: Ribamar Pinheiro)

O Fórum da comarca de Raposa recebeu o serviço de Depoimento Especial sala especial para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica em processos que tramitam na Justiça local. O equipamento foi entregue nesta sexta-feira (12), pelo presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto.

O serviço funcionará em duas salas do Fórum Des. Miguel Ázar, situado na Avenida Cafeteira, s/nº, Vila Bom Viver. Juízes, promotores, defensores públicos, advogados e técnicos especializados para a tomada de depoimento utilizarão o espaço, de forma que a criança ou adolescente seja ouvido apenas pelo técnico, que repassará as respostas aos demais por meio de sistema audiovisual.

O desembargador Jamil Gedeon frisou o empenho da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, para com a questão social, destacando a importância do serviço para diminuir a inibição e revitimização das crianças e adolescentes, que dispõem de ambiente e pessoal adequado para relatarem os fatos.

A juíza Karla Jeane Matos, membro da coordenadoria da Infância e Juventude, também ressaltou os benefícios do depoimento especial para evitar que as vítimas ou testemunhas fiquem na presença dos supostos abusadores ou acusados, sentindo-se mais seguras e à vontade. Esse sistema melhora a qualidade do depoimento e a riqueza de detalhes disponíveis ao juiz, uma vez que é filmada e gravada, avaliou.

A juíza titular da comarca da Raposa, Rafaella Saef Rodrigues, parabenizou a iniciativa do TJ de disponibilizar um ambiente e profissionais especializados para lidarem com esse público, uma vez que os juízes não são preparados para esse tipo de oitiva. É importante essa preocupação com o bem estar das crianças e adolescentes, para que não revivam os traumas e danos sofridos, disse.

CNJ - A medida cumpre a Resolução nº 33/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais.

O serviço já foi inaugurado também no fórum de São Luís, Bacabal, Santa Inês, Imperatriz, Caxias e Timon e será entregue na próxima segunda (15) em São Mateus e Coroatá. A meta do TJMA é implantar pelo menos dez salas de depoimento especial nas comarcas do Estado ainda este ano.

Participaram da entrega o prefeito do Município, Clodomir de Oliveira dos Santos; o defensor público Diego Carvalho Bugs; a presidente do Conselho Tutelar do município, Francinete Araújo e a conselheira Elza Lustosa.

A experiência de SER JUIZ para Adolfo Pires

Para grande parte dos juízes, entrar para a magistratura foi uma inspiração que surgiu dentro de casa, como uma espécie de retrato do cotidiano da família. Foi assim com o destaque da seção SER JUIZ desta semana. A influência do pai, o advogado Hugo Napoleão, norteou os passos firmes do amigo Adolfo Pires da Fonseca. Confira a entrevista.

QUEM É ADOLFO PIRES?

Um sujeito simples e humilde, que gosta de coisas simples, e nesse padrão de comportamento conseguiu tudo em sua vida.

QUEM É ADOLFO PIRES JUIZ?

Um homem que fez do Judiciário um sacerdócio. Amo exercer tal função. Estou sempre pronto para qualquer batalha para o bom nome do Judiciário. Análise diária de cada um dos pedidos que recebo, inclusive aqueles pedidos bem simples, mas que representam muito para as partes.

POR QUE ESCOLHEU O DIREITO?

Influencia do meu pai, Hugo Napoleão, advogado.

PARA VOCÊ, O QUE REPRESENTA A MAGISTRATURA?

Tudo. Toda minha vida há 22 anos está dedicada ao Judiciário. Tudo que consegui em minha vida também.

EM QUAL COMARCA ESTÁ NO MOMENTO E HÁ QUANTO TEMPO?

Em Imperatriz, há 15 anos, por opção. Eis que não pretendo sair da comarca, bem como vários outros magistrados que aqui atuam.

ALÉM DA FUNÇÃO JUDICANTE, QUE AÇÕES DESENVOLVE NA COMARCA?

Em razão da grande demanda processual, praticamente ficamos sem tempo para outras atividades, porque temos família, amigos, entre outras coisas. Mas posso destacar as edições do projeto casamentos comunitários que permitiu unir, gratuitamente, quase de mil casais aqui na cidade em 2014.

COMO VÊ A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO NESTA COMARCA?

Excelente.

COMO CUIDA DA SAÚDE?

Exames médicos anuais. Academia três vezes por semana. Exclusão de fritura e doces do meu cardápio. Uma taça de vinho seco diária.

CAMINHO PARA O SUCESSO É?

Humildade, fé, disciplina, honestidade.

HOBBY?

Pescaria, uma vez por mês, e aviação, sempre que posso.

LIVRO PREDILETO?

Nenhum.

FILME QUE GOSTA E POR QUÊ?

Blade Runner uma história espetacular sobre a humanidade e O Paciente Inglês, sobre o amor.

MANIA?

Pontualidade.

O MELHOR DA VIDA?

Viver cada momento de forma intensa e nunca deixar nada para amanhã. É agora. É hoje.

FAMÍLIA É?

Essa é a única que está acima do Poder Judiciário para mim: meus pais, esposa e filhos maravilhosos.

O QUE VALORIZA NOS OUTROS?

Honestidade e humildade. O básico.

O QUE NÃO GOSTA NOS OUTROS?

Inveja e vaidade. Os piores pecados da humanidade.

SONHO?

Um mundo justo, um Judiciário mais célere, o fim da corrupção que tem acabado com nossa paz.

TJMA inicia plano para a criação de memorial e museu do Judiciário

Profissionais de documentação, arquivos e bibliotecas do Judiciário participaram de oficina para construção do plano museológico e gestão de acervos (Foto_Ribamar Pinheiro)

A Coordenadoria da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoveu, nos dias 11 e 12 de dezembro, o curso de Construção do Plano Museológico e Gestão de Acervos. A iniciativa visa capacitar os profissionais de documentação, arquivos e bibliotecas para planejar a implantação do memorial e museu do Judiciário maranhense.

Na abertura do curso, o presidente da Comissão de Documentação, Revista e Jurisprudência e Biblioteca do TJMA, desembargador Lourival Serejo, ressaltou a importância do trabalho, que objetiva a difusão e propagação das ideias relacionadas à preservação de bens patrimoniais e a valorização da memória tanto institucional quanto social do Tribunal de Justiça.

É preciso resgatar e preservar a memória do Judiciário maranhense, considerando que o Tribunal da Relação tem 200 anos, mas a legislação da justiça maranhense coincide com a fundação de São Luís, há 400 anos, lembrou.

PLANO MUSEOLÓGICO - A oficina é promovida pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), ministrada pela professora-mestre em Museologia pela Universidade de Brasília (UnB), Marijara Queiroz. Nesta etapa do trabalho iniciou-se a elaboração de um plano museológico, para definição da missão e proposta da nova unidade.

A maioria dos museus no Brasil foram criados através de decreto-lei sem um desenho, uma proposta social anterior, que questione a quem vai atender e com que objetivo. Parabenizo o TJMA, por entender a necessidade de um planejamento prévio, analisou a professora.

Os módulos do curso trabalham desde o significado de museu, museologia, importância na sociedade, a relação do museu com as questões e procedimentos técnicos e básicos, como a prática social.

Na segunda fase, são trabalhadas ferramentas de gestão, planejamento e projetos. Para concluir a capacitação, os participantes também analisaram os programas de exposição, educativos e de arquitetura executados pela instituição e que estão mais relacionados com o público externo.

Participaram do curso 28 servidores lotados nos arquivos, bibliotecas além de pessoas interessadas no tema.

Desembargadora Anildes Cruz responde pelo plantão do TJMA nesta segunda(15) e terça(16)

A vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz responde pelo plantão de 2º grau nesta segunda-feira (15) e terça-feira (16), em virtude do afastamento médico do desembargador Cleones Cunha, plantonista desta semana, nos termos do artigo 21, 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

No plantão de 2º grau são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau são Joseli Nascimento e Mayco Murilo Pinheiro. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

PLANTAO - Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados inclusive os de ponto facultativo entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Pais devem ficar atentos às regras para autorização de viagens de menores ao exterior

Pais de crianças ou adolescentes que irão viajar para o exterior devem ficar atentos às regras para autorização de viagens desses menores a ser fornecida pela Justiça. Em São Luís, as autorizações são emitidas exclusivamente pela 1ª Vara da Infância e da Juventude (Avenida Silva Maia, 219, Centro, próximo à Praça Deodoro).

De acordo com a Resolução 131 do Conselho Nacional de Justiça, que disciplina a autorização, a exigência da autorização se dá em casos de viagens de crianças e adolescentes ao exterior quando desacompanhados, na companhia de apenas um dos pais, ou ainda acompanhados de terceiros.

A autorização é dispensada quando a criança ou adolescente viaja acompanhada de ambos os genitores ou com apenas um deles, desde que munido da autorização do outro, com firma reconhecida. O documento também é dispensado quando a criança ou adolescente viaja acompanhado de terceiro maior e capaz, designado pelos genitores, desde que autorizado (com firma reconhecida) por ambos os genitores.

Residência - No caso de crianças ou adolescentes brasileiros residentes no exterior, a autorização de viagem de retorno ao país de residência é dispensada quando de viagem com um dos genitores, independente de autorização escrita; desacompanhado ou acompanhado de terceiro maior e capaz designado pelos genitores, desde que autorizado por escrito (com firma reconhecida) pelos pais.

A comprovação da residência da criança ou adolescente no exterior far-se-á mediante Atestado de Residência emitido por repartição consular brasileira há menos de dois anos, reza o documento.